

# Emenda ainda provoca polêmica

A prefeitura de Ribeirão Preto, com uma arrecadação estimada em R\$ 124,306 milhões em 95, não terá como assumir as classes de 1ª a 8ª série (com cerca de 56 mil crianças) e manter a qualidade de ensino verificada hoje na pré-escola e no supletivo. Quem garante é o secretário de Educação, Osmar Sinelli, para quem o fundo representa um retrocesso em termos educacionais.

"O objetivo é arrancar dinheiro dos municípios", critica.

"Hoje, aplicamos R\$ 1,2 mil por aluno ao ano em cada segmento mantido pela prefeitura", informa.

"Com o repasse do fundo, não será possível manter esse ní-

vel de atendimento porque estamos no limite do orçamento." Sinelli disse que Ribeirão consegue hoje pagar dignamente seu professor, oferecer um ensino de qualidade, mesmo em classes especiais, supletivo, profissionalizante e educação de adultos. "O Estado abriu mão de todos esses cursos", diz. Segundo o secretário, na atual

gestão, Ribeirão destinou sempre mais do que 25% de seu orçamento à educação. Com a vigência do fundo, deixará de ter retorno de aproximadamente R\$ 5 milhões.

A prefeitura de Santos municipalizou dez escolas estaduais no início do ano, por meio do programa de parcerias desenvolvido pela Secretaria Estadual de Educação. Mas não poderia

assumir em pouco tempo o restante, cerca de 21.500 alunos. "Seria dobrar nossa rede, que soma hoje 25.500 estudantes", diz o secretário de Educação, Maurício Homma. "Não daria para manter o mesmo nível de investimento per capi-

ta (R\$ 1,3 mil ao ano)."

Ele acredita que a municipalização poderá ocorrer a médio prazo e influir na melhoria da qualidade de ensino. O município não vai "perder" para o fundo porque o maior parte de sua arrecadação vem de receitas próprias. "O fundo vai propiciar maior discussão dos gastos com educação."

**HOMMA:**  
"HAVERÁ MAIOR  
DISCUSSÃO DOS  
GASTOS"